

# Livros didáticos e desafios para a história indígena

*Marta Lima Alves*

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Marabá - Pará - Brasil  
alves@unifesspa.edu.br

---

**Resumo:** O presente trabalho reflete brevemente a respeito da construção histórica da representação do índio na historiografia brasileira e sobre a maneira como essa representação emerge nos livros didáticos de história voltados para o ensino fundamental. A reflexão é construída com base na análise de livros do 7º ano, publicados em período posterior à lei 11.645/2008, e utilizados pelos professores/as no ensino de História no município de Marabá, estado do Pará, ressaltando a questão do preconceito, racismo e invisibilidade presente tanto na história escrita quanto nos manuais pensados para ministrar o conhecimento histórico. A análise aponta para alguns avanços, mas também para a permanência de equívocos e estereótipos, característicos da representação historicamente construída. Neste sentido, procura-se pensar sobre os desafios e possibilidades que os docentes se deparam atualmente para abordar a questão indígena em sala de aula.

**Palavras-chave:** Índios. Livro didático. Historiografia. Ensino de História Indígena.

---

## Considerações Iniciais

Durante muito tempo os indígenas ocuparam um lugar secundário na historiografia e foram caracterizados pelos colonizadores europeus a partir de referências e padrões estrangeiros. Para tornar inteligível a diferença dos povos nativos, os europeus estabeleceram classificações e descrições, frequentemente carregadas de preconceitos e estereótipos. É preciso ter em vista que essas representações não marcam apenas as cartas dos primeiros viajantes, mas em grande medida fundamentam também a percepção que parte da sociedade nutre ainda hoje a respeito dos povos indígenas. Elas estão presentes ainda nos livros didáticos de história, que em alguns casos são o único recurso didático disponível em escolas públicas espalhadas pelo país.

A escola, como um espaço de interação entre grupos diferentes em que se constrói diálogos e socializações de conhecimento, é, ou pelo menos deveria ser, um ambiente favorável para a desconstrução dos estereótipos, dos preconceitos e da invisibilização a que são relegados determinados temas e grupos sociais. Enfatiza-se, neste sentido, a importância da abordagem em sala de aula da história dos índios no Brasil e da diversidade de contextos e culturas que ela implica. Segundo Manuela Carneiro da

Cunha (2012), hoje, o ensino indígena somente é possível em detrimento das lutas travadas pelos nativos visando a garantia de seus direitos, constituindo-se uma vitória o momento em que suas reivindicações foram introduzidas na Constituição Brasileira de 1988. Também chamada de Constituição Cidadã, ela garantiu em lei o acesso à terra, à educação e a própria educação indígena dentro das aldeias. Fazendo uso de um discurso que reconhece a pluralidade do país, a Constituição reconheceu aos índios o direito a uma organização sociocultural diferenciada, bem como “seus direitos históricos à posse da terra de quem foram seus primeiros senhores”. Essas conquistas significaram um grande avanço e também servem de inspiração frente aos desafios que o movimento indígena enfrenta nos dias atuais (CUNHA, 2012, p. 22).

Com os direitos conquistados na Constituição Federal os indígenas ganharam mais visibilidade, mas o ensino de história indígena na educação básica ainda carece de mais avanços. A lei 11.645, do ano de 2008, possibilitou a inclusão dos saberes e conhecimentos indígenas nos currículos escolares, mas parte dos livros didáticos apresentam um conteúdo tradicional em relação a esses povos e parte das escolas ainda comemoram o “Dia do Índio”, fantasiando os alunos/as com penas e tinta, repassando a ideia de que o índio é estático e visto no passado, sem relações com o presente.

No ano de 2003 tornava-se obrigatório o ensino da história e cultura africana nos currículos de todas as escolas, a partir da lei 10.639. Posteriormente, no ano de 2008, essa lei passa a ser ditada por outra, a lei 11.645, que estabelecia o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena em todos os espaços escolares do Brasil. O objetivo seria contribuir com um aprendizado melhor sobre os grupos sociais que compõem a história do país e que foram historicamente invisibilizados nos currículos escolares. A lei visa, dessa maneira, o combate ao preconceito e à discriminação contra esses grupos, tornando os alunos sensíveis à diversidade e mais críticos ante as análises generalizadoras e preconceituosas (SILVA, 2012).

O ensino de História e Cultura Indígena pretende, neste sentido, superar a imagem do índio enquanto sujeito “primitivo e sem história”, fadado ao desaparecimento e relegado ao passado. Na cidade de Marabá, localizada no Sudeste do Pará, a presença indígena existe em quantidade expressiva, atraindo muitas pessoas das cidades vizinhas que procuram o município para fins diversos. Entre essas pessoas estão os indígenas que habitam municípios circunvizinhos, como é o caso dos Akrãtikatejê, Kykatejê e Parkatejê, classificados genericamente como Gavião e habitantes do município de Bom Jesus do Tocantins. Também dos Aikewara-Suruí que residem em uma terra indígena

que fica no município de São Geraldo e ainda dos Mebêngôkre-Xikrin do Catete, que vivem no município de Orilândia do Norte. Em Marabá é comum perceber a circulação desses índios e de vários outros, em diversos lugares, como escolas, feiras, shoppings, universidades, etc., no entanto, a sua presença ainda não é encarada como algo comum por muitas pessoas. Dessa forma, nota-se um olhar de estranhamento e de julgamento. Como se o mesmo espaço frequentado pelos demais não fosse lugar para índios.

A análise se concentrou em livros didáticos destinados ao 7º ano do ensino fundamental e publicados entre os anos de 2014 a 2017, todos recomendados pelo Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD). Em relação ao recorte temporal, ressalta-se que ele compreende um período posterior à lei 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura indígena nas escolas da educação básica. A ideia foi, portanto, ter a possibilidade de analisar se as mudanças preconizadas pela lei podiam ser percebidas nos livros didáticos de história do período em questão. É importante dizer que os livros analisados são utilizados nas escolas públicas de Marabá na intermediação do conhecimento e da aprendizagem histórica. Com objetivo de enriquecer a reflexão, os dados obtidos no contexto desta pesquisa foram contrapostos àqueles obtidos por autores que analisaram livros publicados em períodos anteriores.

Assim sendo, o objetivo central do presente artigo é fazer uma análise da maneira como os povos indígenas são retratados nos livros didáticos de história voltados para o ensino fundamental. A partir dos textos e imagens que compõem o conteúdo em que os índios aparecem, procura-se problematizar como a abordagem da história indígena, proposta pelo livro, contribui ou não para a permanência de estereótipos e preconceitos.

A pesquisa aqui desenvolvida é relevante para a comunidade científica, pois visa problematizar a respeito da abordagem da temática indígena em livros didáticos associados à realidade escolar, dos desafios vivenciados por esse povo para a implementação de seus direitos e das lutas travadas pelos próprios indígenas enquanto narradores e autores de sua história.

### **Explorando os livros didáticos de História**

Nos primórdios da colonização as representações sobre o “outro” ficaram bem evidentes, pois diversas delas se delinearam através do olhar europeu ao então “desconhecido” e “misterioso” “Novo Mundo”. Interpretações foram construídas, alicerçadas e enraizadas em torno dos sujeitos que nele havia. Como bem afirma Todorov

(1999, p. 3), esse “encontro”, envolvendo portugueses e indígenas, foi marcado por certo estranhamento entre as culturas que ali estavam, visto que os costumes e hábitos do “outro” diferiam. Tanto o português, quanto o indígena eram donos de comportamentos, costumes e crenças completamente opostos.

Durante séculos, permaneceu, e ainda permanece enraizada na história e no imaginário da sociedade a ideia de que o Brasil foi “descoberto” por Pedro Álvares Cabral. As obras didáticas analisadas por Gobbi (2006) em um período de tempo anterior ao que foi priorizado aqui dizem muito a respeito dessa concepção acerca dos europeus como “desbravadores” das terras brasileiras e dos índios como “primitivos”, “selvagens” e atrelados ao passado.

Nayane Rodrigues Mariano (2006) também trabalha em sua dissertação de mestrado não apenas a análise dos livros didáticos da época imperial, quando eram trazidos da França para serem reproduzidos no Brasil, mas também faz uma contraposição com livros recentes, do ano de 1990 a 2000, no qual os índios eram representados tendo em vista a característica do primitivismo, da selvageria, da inocência e de outros elementos considerados inferiores.

A lei 11.645/2008 tornou-se uma conquista para romper gradativamente com essas características pejorativas e contribuir com um ensino plural e diverso, a partir da inserção de indígenas dentro de um espaço escolar antes frequentado somente por brancos. A realidade mostra que eles não foram apenas excluídos de um processo de formação, mas também das abordagens em livros didáticos de história, considerados os auxiliares da aprendizagem histórica de discentes tanto nas escolas quanto em suas moradias. O que é de grande pertinência, pois se essa abordagem relacionada a esses sujeitos for inferior, a tendência é haver um aprendizado distorcido e equivocado da realidade indígena. Neste sentido, é exatamente o que se pretende buscar na análise dos três livros didáticos de história: “Projeto Rádix”, de Cláudio Vicentino, “Projeto Araribá”, de Raquel Apolinário e “Nos dias de Hoje”, de Flávio Campos, Regina Claro e Miriam Dolhnikoff. A ideia é verificar as produções textuais e as associações com as imagens que são neles introduzidos, procurando observar se ainda são retratados de forma tradicional, atual ou se mesclam as duas abordagens, verificando se há uma preocupação dos autores dos livros em não somente apresentá-los no passado, mas também no presente.

Antes de começar a folhear os três livros didáticos de História destinados a este tópico, é pertinente frisar que todo livro didático é como um produto comum de

negociação disponível no mercado e que também é alvo de constantes disputas pelo fato de estar relacionado com o viés econômico e interessar a diversos sujeitos sociais. Sendo assim, antes de destinarem-se às salas de aula das escolas do país, os livros didáticos passam por várias fases e estão distribuídas em várias funções, conforme apresenta Garrido (2017, p. 11):

As empresas que o fabricam; o Estado que os tem comprado em números astronômicos; a mídia que busca manchetes para legitimar ou pôr em dúvida determinados eventos; os movimentos sociais que buscam introduzir suas demandas nessa literatura; e os usuários dos materiais didáticos.

Por isso precisa-se conhecer: O que é um livro didático? E essa explicação deve chegar às crianças, adolescentes e jovens, a fim de que tenham consciência do material que está em mãos. Historicamente, ressaltou-se a grande ferramenta que o Estado possui para interferir no ensino educacional. Esse produto foi utilizado por muito tempo como uma estratégia para “educar” de acordo com os valores que se ensejava, sem que houvesse contestações maiores de um público acrítico. Ainda hoje os materiais didáticos são peças-chaves fundamentais na “consciência histórica que cada indivíduo possui sobre a História” (GARRIDO, 2017, p. 15). Por trás de um produto didático há todo um embate de grupos sociais que buscam representação e que são desfocados da trama histórica. Talvez uma explicação mais plausível para isso é que durante a elaboração de um livro didático preocupa-se mais em cumprir os requisitos estabelecidos em editais do que com uma abordagem diversa e justa. Isso se deve aos efeitos do mercado de livros didáticos, “onde há a pressão em autores e editores para se adaptarem às exigências das políticas públicas vigentes” (GARRIDO, 2017, p. 15). Uma das exigências do Programa Nacional de Livros Didáticos de 2011 (PNLD) é a presença de conteúdos no que concerne à questão indígena e africana nos livros didáticos que, nos estudos e análises de Garrido não estariam sendo cumpridos com o rigor necessário. Em consequência disso, “o decreto 7.084, de 27 de janeiro de 2010, o mais recente regulador do PNLD, estabelece o direito de as editoras executarem mudanças nos livros didáticos reprovados nas avaliações”, dando possibilidade para que possa concorrer e “pleitear as compras governamentais” (GARRIDO, 2017, p. 157).

Diferente da análise acima mencionada, aqui não procuro verificar se os requisitos presentes em editais de convocação pelo PNLD estão sendo cumpridos, mas averiguar se os preconceitos e estereótipos podem ser notados nas abordagens didáticas. Nos anos de 2017 a 2018, período em que executei a visita de campo e posterior defesa da monografia em licenciatura em História realizei uma visita à Secretaria Municipal de

Educação (SEMED) de Marabá a fim de obter informações sobre a distribuição dos conteúdos nos currículos de História.

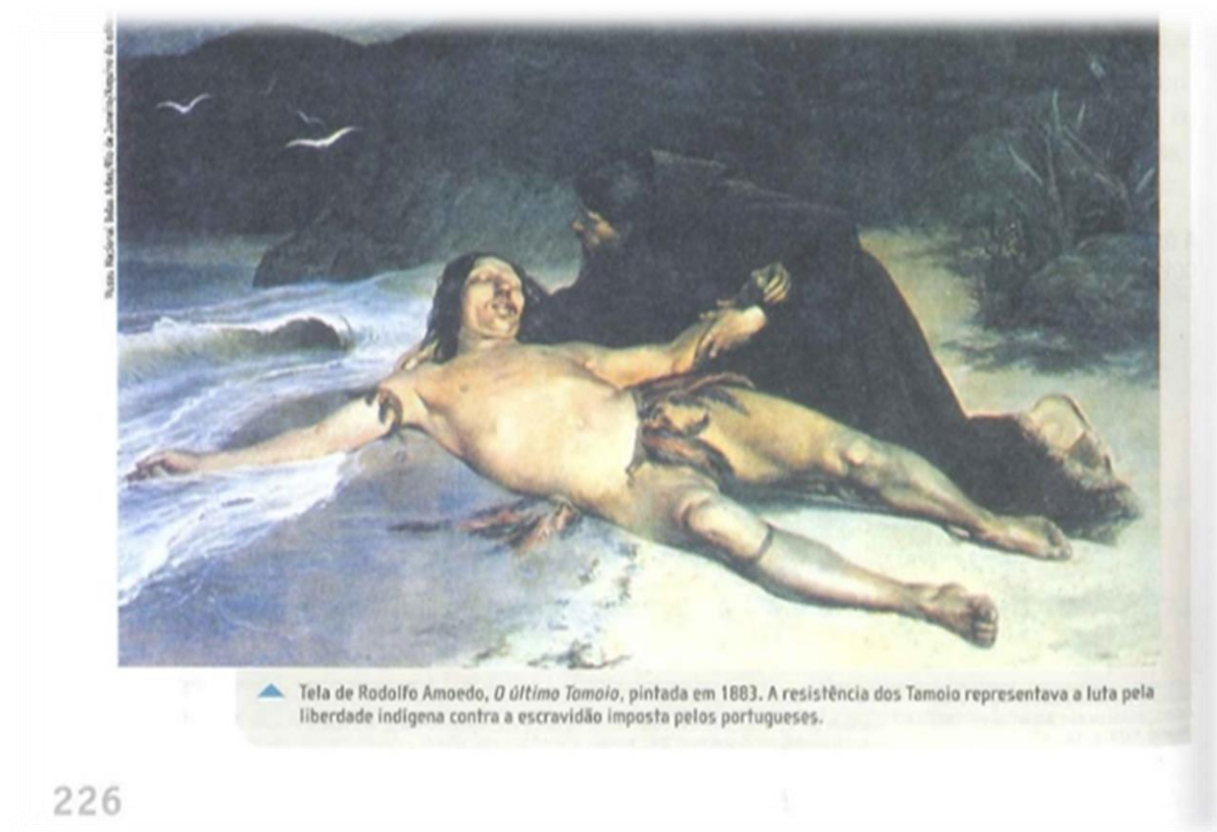
Foram identificadas três propostas curriculares: a primeira de 2005, com o tema “Os múltiplos olhares sobre os caminhos da aprendizagem”; a proposta posterior é intitulada: “Proposta de conteúdo programático de História” (2014-2015), sendo bem inovadora, trazendo abordagens pertinentes, como por exemplo, a presente no “Eixo Temático 2: Primeiros povoadores: Os ameríndios e suas origens”. Este item propõe que os índios sejam abordados não apenas antes da chegada dos europeus, mas também no contexto regional, através do tópico “Os índios de Marabá antes dos colonos”. Com o objetivo de sempre aprimorar e inovar as propostas curriculares utilizadas, no contexto da visita, uma terceira sugestão estava sendo gestada e esperava-se que ficasse pronta ainda naquele ano (2017). Nessa visita à SEDUC também foram consultados/emprestados dois livros didáticos para a pesquisa. Um da coleção “Projeto Araribá” (2014-2016) e outro da coleção “Projeto Rádix” (2014-2016). Ambos direcionados ao sétimo ano. Outros três livros, dois da coleção “Nos dias de Hoje” do sexto e sétimo ano (2017-2019) e um da coleção “Projeto Mosaico” (2017-2019) voltado para o sexto ano. Neste artigo, priorizou-se somente os três livros destinados ao sétimo ano do ensino fundamental, os quais são: Projeto Araribá, de Maria Raquel Apolinário, Projeto Rádix, de Claudio Vicentino e Nos dias de Hoje, de Flavio Campos, Regina Claro e Miriam Dolhnikoff.

A intenção é trabalhar com o específico para uma análise detalhada de cada um deles. O livro didático “Projeto Rádix” é um livro que lembra as análises feitas por Mariano (2006) e Gobbi (2006) em manuais didáticos do século XIX e início do século XX no quesito tradicional de abordagem. Trata-se de um livro didático do século XXI, porém com aparência e conteúdo de manuais de séculos anteriores. Imagens presentes nele remontam ao período colonial e relembram a maneira negativa com que foram representados na historiografia e em livros didáticos desse período.

O livro rememora ainda a ideia de índio “*selvagem*” e “*ameaçador*” ao homem branco e de termos que deixam implícita a ideia de “desaparecimento” desses sujeitos históricos de nossa sociedade. Ao folhear todo o livro pude perceber que são poucas as páginas que concentram conteúdos expressivos relacionados aos nativos. Estes, quando são abordados, aparentam um lugar de submissão ao “Outro”, podendo ser percebido através de gestos que denotam o “domínio” de controle da figura do europeu em relação aos povos do “Novo Mundo”. Além de estarem ausentes praticamente de toda a

abordagem histórica e serem vistos como meros “capítulos” de uma história cujo protagonismo é atrelado ao sujeito europeu, branco e portador da “civilização”, as imagens veiculadas nesse livro compactuam com a formação de uma consciência história totalmente equivocada, se levarmos em consideração o contato com ele pela primeira vez.

O olhar eurocêntrico de Vicentino pode ser analisado na construção do próprio sumário, compreendendo a presença de um espaço maior reservado às características de países da Europa, esmiuçando cada história de forma pormenorizada. Aos povos indígenas brasileiros são pinceladas apenas algumas participações em acontecimentos dos quais os europeus são “desbravadores”. Dentre esses acontecimentos, destacam-se o período das navegações marítimas rumo ao além-mar. A história é contada como se em territórios alheios não houvessem existências humanas e outras características culturais próprias e os europeus tivessem encontrado o território com um “vazio demográfico” e se “apossado” dele. É a visão que se tem quando se observa a construção narrativa desse período, desde as navegações até o período colonial, com destaque para as operações jesuíticas daquele período, cuja função era cristianizar e introduzir no indígena a cultura europeia, visando um “amansamento” e posterior cristianização. É um pouco desse controle europeu que se observa em algumas imagens que norteiam o livro didático, como a imagem intitulada “O último Tamoio”, na tela de Rodolfo Amoedo, pintada no ano de 1883 e que se localiza na página 226 do livro.



**Figura 1 - O último Tamoio**

Fonte: VICENTINO, 2012, p. 226.

Segundo o presente livro didático, trata-se de “um quadro de grandes dimensões, em que o corpo de um índio morto (Tamoio) é devolvido à praia e um religioso a acolhe impiedosamente” (VICENTINO, 2012, p. 227). No livro *Projeto Rádix*, a imagem aparece associada ao texto escrito que apresenta o que significou a Confederação dos Tamoio. Os Tamoio eram nativos que ocupavam a costa brasileira e eram inimigos dos portugueses em decorrência da escravização por parte destes no projeto de colonização. Segundo Vicentino (2012, p. 226), no ano de 1550, “um grupo de franceses ocupou a costa brasileira, na região da atual cidade do Rio de Janeiro. Sua intenção era fixar-se e formar uma colônia, chamada de França Antártica”. Com o objetivo de anexar aos seus domínios territórios a mais, os franceses buscaram o apoio com os nativos e “fizeram uma aliança com os Tamoio”, que, por sua vez, “acharam vantajoso aliar-se aos novos invasores”. A partir do texto escrito, estabelece-se outro olhar voltado aos Tamoio, ou seja, o de enxergar neles uma luta de resistência aos ditames do governo português e preservação de modos de vida. Por outro lado, ao analisar somente a imagem, observa-



se uma resistência “acabada” com a morte de um índio Tamoio durante combate com os portugueses pela expulsão de estrangeiros dessas terras. Além disso, a própria legenda com a palavra “último” dá a entender que aquele índio morto e outros descendentes teriam sido “dizimados” e “extintos” daquela sociedade. Ainda segundo o texto escrito, aproveitando-se das derrotas francesas, o sobrinho do governador Mem de Sá, Estácio de Sá, no ano de 1565, estabeleceu os principais fundamentos para a formação da vila que futuramente viria a ser chamada cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. A intenção com o projeto era “estabelecer o domínio luso na região, expulsar os colonos da França Antártica, pacificar os indígenas, combater as embarcações francesas que permaneciam traficando e explorar os bens da costa brasileira” (VICENTINO, 2012, p. 226).

A ideologia de Estácio de Sá não deu muito certo, pois, segundo o livro didático, ele foi “mortalmente ferido com uma flechada no rosto”. Isso demonstra o descontentamento por parte dos indígenas em relação ao fato de serem pacificados por uma cultura que lhes é externa e completamente diferente de seus costumes e hábitos culturais cultivados no dito “Novo Mundo”. Embora se saiba que fazia parte do projeto dos colonizadores introjetar nos indígenas dessa parte do país os ensinamentos externos, o interesse estava muito além de um cunho cultural. Na época em que aconteceram as navegações rumo às outras partes da Europa (século XV), o continente europeu sofreu bastante o impacto da forte crise do século XIV, o que se deve a necessidade de expansão e descobertas a outros territórios além da Europa. O interesse era econômico e todo tipo de recursos disponíveis em lugares com produtos nativos seriam interessantes para serem enviados à metrópole. E foi justamente o que aconteceu no Brasil. De início, quando em solos brasileiros, a intenção foi aprimorar o conhecimento sobre o funcionamento do território e, posteriormente, utilizar a mão de obra indígena para a exploração de seu próprio habitat, através de trocas valorosas aos olhos dos europeus, mas totalmente insignificante dentro da cultura indígena, visto que nunca antes haviam visto materiais diferentes dos que estavam acostumados visionar (VICENTINO, 2012, p. 226).

No capítulo “O mercantilismo e a Colonização da América”, no tópico “Colonização portuguesa”, nota-se que os índios aparecem somente a partir da ideia do contato com os europeus, da extração do pau-brasil e da prática da troca de mercadorias entre eles. Como se antes da estadia dos portugueses não houvesse ocupação da terra. O autor deixa subentendido que as terras foram “descobertas”. Ainda com relação à tela relacionada ao último tamoio, ali existem dois personagens: o índio e o missionário. Nela,

todos os detalhes devem ser analisados, inclusive o próprio tom de cor introduzido em cada parte da imagem. Atrás desses dois personagens observa-se um tom bastante escuro em relação ao tom claro destacado entre os dois sujeitos. Talvez isso se deva à tentativa de explicar o fato histórico que marcou o período entre 1554 e 1567. Tanto o texto escrito e a imagem disponível no livro didático fazem associação com o poema “A confederação dos Tamoios”, publicado em 1856 por Gonçalves de Magalhães, introdutor do Romantismo no Brasil. Dentro desse contexto, destaca-se também o papel que o padre José de Anchieta teve na revolta dos tamoios contra os portugueses. Inclusive é relevante enfatizar que Anchieta viveu como cativo dentro da morada dos Tupinambás, região que hoje é conhecida como Ubatuba. A guerra entre esses sujeitos diferentes terminou no ano de 1567, com a derrota dos franceses e a morte de Aimberê, chefe dos tamoios e que aparece na tela de Amoedo e no texto do livro didático (VICENTINO, 2012).

A imagem acima representa claramente a concepção tradicional que Vicentino aborda no livro didático Projeto Rádix em específico. E isso se confirma na imagem acima e na posterior quando novamente o autor cai em contradição ao enfatizar que as terras brasileiras foram “descobertas”. Quando na verdade, de acordo com discussões historiográficas, os solos de nosso país foram invadidos, pois, já dizia Cunha (2012), o território aqui não era uma terra sem habitantes, muito pelo contrário, era marcado pela enorme quantidade de indígenas e culturas que se diferenciavam entre si e tinham as suas particularidades. Os historiadores especialistas no estudo indígena, como Manuela Carneiro da Cunha, apresentam a variação existente entre a quantidade exata no número de pessoas.

Tanto Rodolfo Amoedo quanto Gonçalves de Magalhães são autores que fazem uma interpretação da realidade do que significou essa parte da história do Brasil. Na representação de Amoedo, no conflito entre os Tamoio e os portugueses, escolheu-se por “legar à memória o anseio pela paz, expresso na figura do jesuíta” (VICENTINO, 2012, p. 226).



**Figura 2 - Fundação de São Vicente**

Fonte: VICENTINO, 2012, p. 209.

No mesmo livro didático observa-se outra imagem bastante impactante, pintada a óleo e tinta pelo pintor Benedito Calixto de Jesus, no ano de 1900. Na imagem percebe-se o ato da chegada dos portugueses aos solos brasileiros, via expedição de Martim Afonso de Souza e a ideia de contato inicial com os indígenas. Nessa imagem pode-se perceber uma diferença cultural entre os grupos sociais, podendo ser observado pelas diferentes peças de roupas, objetos e formas sociais de comportamento, bem como o retrato da flora. Analisa-se ainda que nesse período histórico não havia a presença da urbanização, que é bastante comum nos dias atuais, mas a vivência era caracterizada pelo contato com a natureza, em todos os sentidos. A curiosidade dos nativos é observável diante de uma chegada inesperada de pessoas com outros hábitos culturais diferentes dos seus. Percebe-se certo poder de “domínio” por parte dos europeus ao chegar em terras desconhecidas e demonstrar o monopólio dos territórios. Nos próprios trajes dos europeus observa-se uma amostra de superioridade em relação aos demais grupos sociais ali existentes. É importante enfatizar que nessa parte do livro também se aposta no

envolvimento do leitor em uma imagem e um texto escrito explicando o que significou a colonização portuguesa em solos brasileiros. No texto é evidente o interesse dos europeus em explorar os produtos existentes no Brasil visando o lado econômico. Segundo o texto, tudo começou com o pau-brasil, produto bastante explorado e comercializado na Europa. Inclusive, um ponto pertinente que Vicentino menciona, refere-se ao início do desmatamento no país com a retirada em quantidade expressiva de madeiras para exportação. O que significa dizer que desde o início o olhar europeu era carregado de intencionalidades.

Outro livro que trago para a análise desse texto é o “Projeto Araribá”, direcionado ao sétimo ano do ensino fundamental. Este livro foi concebido, desenvolvido e produzido pela editora Moderna. A autora responsável foi Maria Raquel Apolinário (2014–2016). Ela é bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal de São Paulo, e foi professora da rede estadual e municipal de ensino por doze anos.

Quando comparado à abordagem do Projeto Rádix, o livro didático Projeto Araribá se destaca, pois percebe-se uma grande diferença no nível de referência atribuída aos povos indígenas. Tanto no texto escrito quanto na escolha das imagens há uma coerência, o que é uma lacuna que deve ser preenchida no livro de Vicentino por não tratar nem da presença indígena na atualidade. Em relação a diversidade indígena existente no país, o texto escrito do Projeto Araribá adverte que “são mais de 180 línguas faladas” e “238 culturas diferentes espalhadas pelo território brasileiro” (APOLINÁRIO, 2010, p. 173). Vicentino não nos permite pensar o indígena nos dias de hoje, mas num passado fadado ao esquecimento e extinção desses sujeitos do meio social. Apolinário não apenas permite essa possibilidade, como também introduz imagens que explicitam a realidade desses sujeitos históricos hoje. No livro em questão, embora a Europa e os europeus continuem a ocupar um lugar central, observa-se passagens e imagens atuais, que procuram mostrar a diversidade de culturas indígenas. Segundo Maria Raquel Apolinário (2010, p. 173), “a respeito dos índios no Brasil, ninguém sabe ao certo quantos são ou quantos já foram”. A autora recorre ao censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2010, para fornecer uma estimativa da população indígena que vive atualmente no país. Segundo ela, seria em média, “800 mil índios”.

A presença em livros didáticos de discussões em torno da diversidade e de aspectos relacionados à questão indígena atual, constitui um grande passo dado na medida em que contribui para desconstruir as imagens tradicionais presentes em alguns

livros didáticos do século XXI. Assim sendo, embora apenas duas páginas sejam reservadas ao estudo desses sujeitos, no ponto denominado “Em foco: os povos indígenas no Brasil”, identifica-se um pequeno avanço em relação ao tipo de abordagem. Dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), do Instituto Socioambiental (ISA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são utilizados para enriquecer as informações. E não apenas isso, utiliza-se ainda dados das conquistas alcançadas na Constituição Brasileira, como o acesso às demarcações territoriais e aos bancos escolares das escolas de todo o Brasil.

Na imagem denominada “*Os idosos: os guardiões das tradições*”, presente na página 73 do livro didático Projeto Araribá, analisa-se um hábito cultural que é bastante comum em algumas culturas, que é a preservação pela memória e conhecimento das pessoas mais velhas, consideradas sábias por estarem mais tempo entre as gerações mais novas e serem bastante conhecedores das tradições culturais. O objetivo é cultivar esse hábito por mais tempo dentro das aldeias. Dentro da cultura dos Xavante, por exemplo, esse costume ainda é preservado. Podemos visualizar na imagem abaixo que a ideia é aprimorar e introduzir nas gerações mais novas a prática desse hábito para que não se perca, já que parte dos índios mais jovens de hoje também estão relacionados com o “mundo virtual”, o que leva mais tempo diante de tecnologias de ponta, que para a prática da cultura. Na imagem, vemos a presença de uma roda de crianças sendo lideradas por uma pessoa mais velha, observando-se a cultura sendo praticada. Os Xavantes são um povo que vivem atualmente no estado do Mato Grosso (MT), e a imagem abaixo foi registrada no ano de 2010, dentro da aldeia indígena cujo nome é Idzõ’uhu. Um detalhe que merece atenção nessa imagem se refere às formas como as crianças e o próprio idoso se encontram vestidos, indo de encontro às formas como os índios costumavam se “vestir” em algumas culturas indígenas do passado (APOLINÁRIO, 2010).



**Figura 3 - Os idosos: os guardiões das tradições**

Fonte: APOLINÁRIO, 2010, p.73.

Ao mesmo tempo em que o livro didático Projeto Araribá permite reflexões de novas possibilidades, é marcado por contradições no espaço reservado ao estudo dos índios. Por um lado, a autora faz menção à diversidade, traz imagens atuais mostrando alguns povos, faz alusão aos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988 e possui atividades que procuram levar o leitor a problematizar e refletir a partir de sua vivência. Por outro lado, entretanto, é possível observar que são cometidos alguns deslizes, como ressaltar que “a população sobrevivente perdeu muito de sua cultura tradicional e das suas terras de origem” ou quando pede para que o leitor faça uma compreensão de um texto que retrata o índio em uma relação inferior. Esses deslizes podem significar ou contribuir para uma impressão equivocada de que esses sujeitos não praticam mais sua cultura nos dias atuais. Os povos indígenas podiam muito bem utilizar de estratégias disponíveis para continuar praticando a cultura a seu modo e de acordo com o que o contexto permitia (APOLINÁRIO, 2010, p.176).

Assim, apesar do avanço em apresentar a diversidade dos povos indígenas e imagens que retratem a realidade dos índios hoje, ainda há resquícios de ideias errôneas



e equivocadas sobre esses sujeitos históricos. O que pôde ser percebido principalmente no texto para compreensão textual sobre a cordialidade dos Tupinambá.

Ao fazer ênfase ainda ao registro no número de índios existentes hoje, Apolinário apoia-se em informações da Funai de 2011 para mostrar a quantidade de terras indígenas que ainda estão sendo estudadas para possíveis demarcações, as que foram aprovadas, as que são reconhecidas e homologadas pelo Ministério da Justiça e as que já estão em situação de regularização. O presente livro também oferece ao leitor um conteúdo digital denominado de “Povo Tupi” para que se possa explorar os “aspectos do cotidiano e da cultura dos povos Tupi que viviam no Brasil no século XV”, bem como “problematizar questões relativas aos povos indígenas que atualmente vivem em território brasileiro” (APOLINÁRIO, 2010, p. 173).

Nessa mesma página, uma outra imagem revela a existência de outro grupo indígena que também vive no Mato Grosso, os índios Kamayurá. Na imagem vemos uma representação da festa dos 50 anos do Parque Indígena do Xingu, local em que os índios dançavam a dança Yamuricumã, na cidade de Querência, cujo registro é do ano de 2011.



Índios Kamayurá durante a dança Yamuricumã, na festa dos 50 anos do Parque Indígena do Xingu, na cidade de Querência, Mato Grosso. Foto de 2011.

Diferentemente da imagem anterior, que mostra a presença dos Xavante praticando os hábitos culturais com trajes próprios e comparados aos nossos dentro da aldeia, esse outro povo cujo nome é Kamayurá demonstra uma nova forma de fazer uso da cultura. Visualiza-se que se trata de uma vestimenta atrelada a dias festivos. Nesse caso aqui utilizado em um dia de festa para celebrar a existência de uma outra cultura. O que demonstra a união entre alguns povos indígenas, como entre esse povo e os índios do Xingu. Além de ser uma foto recente, demonstra que a intenção do livro didático Projeto Araribá não é abordar a temática indígena lembrando o passado, mas no sentido de mostrar a realidade vivenciada atualmente. Não se pode também pensar que um livro didático vá sempre fazer um tratamento vinculado ao passado, mas somente atrelado a ele dá a impressão de que esses sujeitos históricos “nunca existiram”. Por isso a relevância de explicar o que significou o plano de exploração do projeto português em territórios indígenas pelos europeus e posterior a esses acontecimentos.

Na parte do livro denominada “Em foco”, Apolinário (2010, p.173) na passagem “A sobrevivência dos indígenas”, assinala que:

Nos últimos quinhentos anos, os povos indígenas foram dizimados pela escravidão, pelas guerras e pelas doenças trazidas pelos colonizadores. A população sobrevivente perdeu muito da sua cultura tradicional e das suas terras de origem.

Em relação a afirmação da autora, chama atenção o fato da existência de povos indígenas em diferentes situações de contato ser desconsiderada. Para além da generalização neste ponto, a menção à perda de uma cultura classificada pela autora como tradicional, vai na contramão dos estudos da antropologia e da Nova história Indígena que têm enfatizado o caráter dinâmico da cultura e os consequentes processos de resignificação. É o que discute a autora Maria Regina Celestino de Almeida (2010) sobre “Os índios na História do Brasil” e as estratégias de sobrevivência face ao poder dominante, e o autor Homi Bhabha (1988) no livro “O Local da Cultura”, analisando a cultura não como local de identificações fixas, mas a partir dos hibridismos e dinâmicas que estão em constantes mudanças. Neste sentido, a ideia de perda cultural utilizada por Apolinário pode reforçar uma percepção essencializada do que é cultura e do que é ser índio.

O último livro didático introduzido neste artigo tem como nome “Nos dias de Hoje”. Pelo próprio nome se tem a ideia de que o objetivo é fazer uma relação com a



atualidade. O livro é da Editora LeYa e escrito pelos autores Flávio Campos, Regina Claro e Miriam Dolhnikoff, no ano de 2015, direcionado ao sétimo ano do ensino fundamental. Nesse livro é possível verificar uma abordagem totalmente diferenciada daquela presente nos livros didáticos citados anteriormente no que se refere aos povos indígenas no Brasil. Há um capítulo maior se comparado às poucas páginas dos livros didáticos anteriores e um espaço maior para tratar da diversidade não apenas indígena, mas também envolvendo outros grupos sociais, como os africanos, não se concentrando em atuações europeias. O livro didático, em geral, chama atenção para a diversidade cultural e as diferentes formas de organização social que caracteriza os povos dos países, o que contribui para que suas culturas e hábitos sejam reconhecidos e valorizados. Todo esse espaço e abordagens de conteúdos relacionados aos povos indígenas no livro didático “Nos dias de Hoje” difere muito da abordagem presente no livro de Claudio Vicentino (Projeto Rádix), que relembra um conteúdo tradicional.

Nele se faz presente a intenção em mostrar a presença indígena antes da chegada dos “conquistadores” no sentido de enfatizar a estadia dos ameríndios e o início da exploração territorial a partir da presença indígena no espaço brasileiro. Segundo Campos, Claro e Dolhnikoff (2015, p. 172), a nossa história pode ser estudada “a partir da chegada de Pedro Álvares Cabral e dos portugueses em 1500. Isso não está errado. Mas tem consequências”, como por exemplo, a falta de informações a respeito dos índios que estavam aqui antes desse acontecimento. O problema maior é que grande parte dos cronistas que embarcavam nessas jornadas estavam comprometidos com o projeto europeu de exploração e catequização e escreviam levando em consideração um olhar externo, baseando-se em outra cultura e ensinamentos. Talvez isso explique a centralidade europeia em boa parte dos assuntos.

No texto escrito do livro didático “Nos dias de Hoje”, é bem visível a intenção dos autores em enfatizar a diversidade, mostrando a pluralidade de culturas que se diferenciam entre si, como no exemplo dos quatro grupos linguísticos “Tupi, Aruak, Karib e Jê, dentre outros”. Exemplificando, se utiliza dados da historiografia recente, baseados em estudos de uma especialista na questão, ou seja, Manuela Carneiro da Cunha. Percebe-se nesse livro didático a preocupação de não só trazer imagens que retratem os índios de hoje, mas também fazer a relação com os estudos presentes na historiografia.

No capítulo nove desse manual, tem-se a seguinte titulação: “O Brasil antes de Cabral”. O objetivo dele é discutir as características das sociedades indígenas antes da

chegada dos portugueses e desenvolver definições que servirão como suporte conceitual, como as palavras: nomadismo, divisão sexual do trabalho, propriedade privada e coletiva e igualdade social. Características que envolvem parte das culturas de alguns povos indígenas. Na página 170 deste capítulo, duas imagens são pertinentes, procurando-se estabelecer alguns paralelos entre o comportamento atual de torcedores de futebol, com seus símbolos de identificação, e os povos indígenas. É comum os autores do livro didático se referirem a “tribos” no futebol, bem como em tribos indígenas. Estudos recentes da Antropologia e História vão nessa direção (CAMPO; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, 170). O objetivo com a introdução dessas imagens é aproximar tais comportamentos das referências atuais e iniciar uma análise que não deprecie as características culturais indígenas em nome de uma suposta superioridade tecnológica e civilizacional.



**Figura 5 - Características culturais: Indígenas e espanhóis**

Fonte: CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p. 170-171.

Os autores/as do livro didático aqui analisado têm uma preocupação muito grande com a diversidade cultural existente no Brasil e procuram desconstruir a visão eurocêntrica presente em parte dos livros didáticos de história, trazendo à cena, em primeiro lugar, a perspectiva dos indígenas, a presença deles antes da chegada dos colonizadores. A imagem acima apresenta melhor essa diversidade, ressaltando a relevância da prática cultural dos povos, através da demonstração dos costumes praticados, como o ato da pintura presente na relação entre as duas imagens tanto na prática cultural indígena (no ritual do Kwarup realizado no parque indígena do Xingu, no norte do Mato Grosso e divisa com o Pará) quanto no costume dos espanhóis no ato de pintar o rosto como uma forma de apresentar admiração pelo time e pelo país.

Outros pontos positivos são mencionados como a intervenção dos índios na política visando seus direitos presentes na Constituição Federal. Como foi o caso das manifestações em frente ao Palácio do Planalto na véspera do julgamento da ação que pedia a suspensão da demarcação contínua da Terra indígena Raposa Serra do Sol, em 2008. Além disso, os índios da etnia Pataxó também são mencionados realizando manifestações em Brasília, em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo a regularização de suas terras. Além de considerar a tecnologia como importante recurso para a preservação da cultura indígena, desconstruindo a ideia de índio sempre atrelada à floresta. Como enfatiza o livro didático, a ideia do recurso tecnológico é que eles utilizem esses meios justamente para a propagação de sua cultura e defesa de seus territórios de qualquer ameaça dos invasores de suas terras (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p.171-188).

Na página 186 do livro didático “Nos dias de Hoje”, o texto “Tecnologia a serviço da preservação” é utilizado para fazer relação com as duas imagens que aparecem para visualização e contam a história de Almir Narayamoga Suruí, principal liderança dos indígenas que habitam as Terras Indígenas Sete de Setembro, em uma área de cerca de 2.500.000 km<sup>2</sup> situada entre Rondônia e Mato Grosso. Segundo conta a história, no ano de 2007, o líder indígena fechou uma parceria com uma empresa estadunidense que permitiu a utilização da internet por integrantes de sua tribo. Com o uso da tecnologia e munidos de computadores portáteis, os indígenas fazem o controle de suas terras através de satélites e denunciam ameaças de invasões e desmatamentos. Com esse novo recurso, os Suruí montaram na internet um mapa cultural com suas tradições e um mapa geográfico com a delimitação de suas terras. Em decorrência de suas ações na defesa da floresta e contra crimes ambientais, Almir Suruí foi ameaçado de morte e foi incluído em

um programa especial de proteção do governo Federal brasileiro. Essa parte do livro didático é pertinente porque permite a compreensão da presença indígena e a relação de parte deles com a tecnologia na atualidade.



**Figuras 6 e 7 - Os Suruí e o "mundo" tecnológico**  
Fonte: CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p. 186.

Com a abordagem acima apresentada pode-se compreender que a tese defendida no passado por grande parte dos teóricos raciais de que os povos indígenas estavam “desaparecendo” não deixa de ser uma falácia. Hoje, com a presença da tecnologia, nota-se uma visibilidade cada vez mais constante entre os indígenas e o seio da sociedade. Como os Suruí, a ideia é utilizar esse recurso a favor da preservação da memória e história de seus ancestrais, valorizando os costumes e práticas culturais. O índio não vai deixar de ser índio se trajar uma roupa como a nossa ou utilizar-se de uma tecnologia de ponta para defender seus direitos. Ser índio também é acompanhar a evolução e socializar entre as pessoas. Por isso, pensar nos povos indígenas como sempre associados à floresta é acreditar que a cultura é imutável, que o tempo passou e que esses sujeitos históricos permaneceram ali, na mesma condição de antes. Como a imagem acima pode explicitar, parte dos índios cada vez mais vêm estabelecendo um vínculo maior com o mundo virtual e isso pode ser observado dentro da cidade de Marabá, principalmente nas universidades públicas e nas movimentações do cotidiano.

Os três livros didáticos são bastante diferentes uns dos outros no que se refere às abordagens referentes às questões indígenas. Um deles, o Projeto Rádix, apresenta uma visão completamente atrelada ao passado e que relembra o que Gobby e Mariano retratam na análise pormenorizada dos manuais didáticos dos séculos XVIII e XIX no que se refere a ideologia deturpada referentes aos povos indígenas tradicionais do país. Enquanto que os outros dois manuais acompanham, na medida do possível, as atualizações exigidas para o tratamento do ensino de História Indígena, com uma abordagem mais ampla sobre o assunto.

### **Considerações Finais**

Ao problematizar o ensino de História Indígena a partir de imagens e conteúdos contidos nos livros didáticos das escolas públicas de Marabá/PA, procurou-se refletir sobre as permanências e rupturas em relação a representação historicamente construída sobre os povos indígenas no Brasil. Esse exercício de reflexão ganha especial sentido, no contexto das novas perspectivas de pesquisa inauguradas pela nova história indígena e da instituição da lei 11.645/2008. Neste sentido, o artigo procurou mostrar de forma breve o quanto a negatividade atribuída aos índios foi proveniente de uma visão distorcida que marcou a historiografia tradicional brasileira. A partir dessa discussão

teórica, procurou-se mostrar como essa abordagem historiográfica se faz presente na representação “do índio” que emerge nos livros didáticos e no ensino de história de maneira mais ampla.

Assim sendo, a proposta foi justamente pensar a forma como esses sujeitos vem sendo abordados nos livros didáticos atuais de História, a fim de observar se a ideia negativa alicerçada na historiografia brasileira tradicional sobre os índios continua presente nas abordagens didáticas, mesmo após a promulgação da lei que torna obrigatório o ensino de história e cultura indígena em sala de aula.

Conforme se pôde perceber na análise das coleções didáticas, muito já foi feito no que se refere aos índios, como por exemplo, a própria introdução do conteúdo nos livros didáticos, coisa que em anos anteriores não acontecia, mas que com a lei 11.645/2008 se tornou possível. Neste sentido, observou-se que em alguns livros há uma exploração maior a respeito da diversidade indígena existente no país, seguindo as inovações de estudos historiográficos, além da abordagem a respeito da vivência de um povo, suas maneiras, hábitos, costumes e tradições, bem como suas conquistas, como os direitos garantidos na Constituição Federal e a violência com que suas áreas habitacionais são atacadas e invadidas. Todavia, outros pecam em associar o indígena apenas ao ato de selvageria, como se fosse um costume comum de todos, inferiorizando-o. Além disso, algumas imagens remontam ao período colonial e apresentam os índios de uma forma passiva e fadados ao desaparecimento, relegando-os ao passado e à perda de cultura, generalizando.

O desenvolvimento da pesquisa foi bastante desafiador, mas acredita-se que ela tenha conseguido alcançar o seu objetivo inicial, tornando possível perceber que gradualmente mudanças importantes vêm acontecendo no que diz respeito a pesquisa e o ensino de história indígena no Brasil. Permanece, entretanto, a certeza que ainda há muito o que ser feito. Muitos são os desafios que precisam ser vencidos para que haja um ensino de história indígena que retire o índio da invisibilidade a que ele foi relegado e contribua com a construção de uma sociedade mais justa e menos intolerante à diferença.

---

## TEACHING BOOKS AND CHALLENGES FOR INDIGENOUS HISTORY

**Abstract:** The present work briefly reflects on the historical construction of the representation of the Indian in Brazilian historiography and on the way in which this representation emerges in history textbooks focused on elementary education. The reflection is constructed based on the analysis of 7th grade books, published after the law 11,645 / 2008 and used by teachers in the teaching of history in the municipality of Marabá, state of Pará, emphasizing the issue of prejudice, racism and invisibility present both in written history and in manuals designed to provide historical knowledge. The analysis points to some advances, but also to the permanence of mistakes and stereotypes, characteristic of the historically constructed representation. In this sense, we try to think about the challenges and possibilities that teachers are currently facing to address the indigenous issue in the classroom.

**Keywords:** Indians. Textbook. Historiography. Teaching Indigenous History.

---

---

## LIBROS DIDÁCTICOS Y DESAFÍOS PARA LA HISTORIA INDÍGENA

**Resumen:** El presente trabajo reflexiona brevemente sobre la construcción histórica de la representación del indio en la historiografía brasileña y sobre la forma en que esta representación emerge en los libros de texto de historia centrados en la educación primaria. La reflexión se construye a partir del análisis de libros de séptimo grado, publicados luego de la ley 11.645 / 2008 y utilizados por docentes en la enseñanza de la historia en el municipio de Marabá, estado de Pará, destacando el tema de los prejuicios, el racismo y la invisibilidad presentes tanto en historia escrita y en manuales diseñados para proporcionar conocimiento histórico. El análisis apunta a algunos avances, pero también a la permanencia de errores y estereotipos, característicos de la representación históricamente construida. En este sentido, tratamos de reflexionar sobre los desafíos y posibilidades que enfrentan los docentes actualmente para abordar el tema indígena en el aula.

**Palabras clave:** Indios. Libro de texto. Historiografía. Enseñanza de la historia indígena.

---

## Referências

### Livros didáticos

APOLINÁRIO, Maria Raquel. **Projeto Araribá**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2010.

CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. **Nos dias de hoje**. 2ª ed. São Paulo: Leya, 2015.

VICENTINO, Cláudio. **Projeto Rádix**. 2ª ed. São Paulo: Scipione, 2012.

### Bibliografia

ALMEIDA, M. R. C. **Os Índios na História do Brasil**. 1a. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 167p.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

GARRIDO, Mirian Cristina de Moura. **Escravo, africano, negro e afrodescendente**: a representação do negro no contexto pós-abolição e o mercado de materiais didáticos (1997-2012). 1. Ed. São Paulo: Alameda, 2017.

GOBBI, Izabel. **A Temática Indígena e a Diversidade Cultural nos Livros Didáticos de História**: uma análise dos livros recomendados pelo Programa Nacional do Livro Didático. São Carlos. 2006. Disponível em: [www.universidade-federal-de-sao-carlos-centro-de-educacao-e-ciencias-humanas-programa-de-pos-graduacao-em-ciencias-sociais-izabel-gobbi.html](http://www.universidade-federal-de-sao-carlos-centro-de-educacao-e-ciencias-humanas-programa-de-pos-graduacao-em-ciencias-sociais-izabel-gobbi.html). Acesso em 27 fev. 2018.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. A representação sobre os índios nos livros didáticos de história do Brasil. Dissertação (Mestrado em Educação Popular, Comunicação e Cultura). João Pessoa: UFPB, 2006.

SILVA, Edson. Povos indígenas e ensino de história: subsídios para a abordagem da temática indígena em sala de aula. *História & Ensino*, Londrina, v. 8, p. 45-62, out. 2002.

\_\_\_\_\_. O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na lei 11.645/2008. *Revista História Hoje*, v.1, 2, p. 213-223, 2012.

TODOROV, Tzvetan. I. Descobrir. II. Conquistar. In: **A Conquista da América**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 4-70.

---

#### SOBRE A AUTORA

**Marta Lima Alves** é mestranda em História pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

---

Recebido em 09/02/2021

Aceito em 08/06/2021